

/ PALAVRA DO LEITOR

Novo videocast do GeraçãoE

O GeraçãoE estreou um novo videocast, o Pitch Stop, e no primeiro episódio os entrevistados foram Letícia Souza, sócia da Rocambolo Atelier de Doces, e Guert Schinke, nome à frente da Baden Torrefação, que abordaram a diferença entre comunidade e concorrência, e se quem empreende no mesmo segmento é rival ou aliado (GeraçãoE, edição de 27/08/2026). O novo videocast é muito interessante. Que bom saber mais sobre os desafios do empreendedorismo. Desejo sucesso ao programa. (Vitória Gunther)



Novo videocast do GeraçãoE II

Adorei o conteúdo da conversa no Pitch Stop. Excelente condução da Isadora Jacoby. (Aline Oliveira)

Fim das lojas físicas

A Gang, uma das grifes de moda que marcou gerações de jovens gaúchos, deixou de ter lojas físicas exclusivas e passou a vender coleções em outra rede varejista e no online (JC, 31/08/2026). Adorava a Gang na minha adolescência. Se eles tivessem crescido junto com o público-alvo dos anos 1980 e 1990, poderiam continuar, mas preferiram parar no tempo, sendo que os jovens de hoje em dia quase não vão às lojas físicas e nem usariam roupas da Gang. (Marcia de Sena)

Fim das lojas físicas II

Além de tudo o que já sabemos sobre e-commerce, marketplaces e a força de grandes players, temos mais uma mudança importante acontecendo: o jovem está se vestindo cada vez mais como adulto. O fechamento da última loja da Gang também diz muito sobre essa transformação de comportamento e de mercado. (Romulo Vier)

Fim das lojas físicas III

Com o e-commerce, a tendência de fechamento de lojas físicas é mundial. Manter uma estrutura pagando alugueis caríssimos em shoppings não faz mais sentido para certas lojas. (Bruno Paz)

Fim das lojas físicas IV

Ser empreendedor no Brasil não é para qualquer um. Infelizmente, a carga tributária e a falta de mão de obra qualificada estão levando as empresas para esse caminho, e a situação vai piorar nos próximos anos. Queria ver se todos empresários parassem uma semana. O que os políticos fariam para ajudar a população? (Wando Júnior)

Fim das lojas físicas V

Juros altos, famílias endividadas, maior carga tributária da história e impostos que não param de aumentar. O dinheiro não circula mais, fica na mão do governo e de bancos que nunca lucraram tanto. Não há economia que aguentar. (Antonio Oliveira)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Saúde, formação e empregabilidade

Melina Schuch

Quem administra saúde conhece bem essa conta: o cuidado que começa na emergência é o mais caro do sistema. Consulta de rotina e pré-natal custam uma fração de uma internação evitável, e essa diferença não recai apenas sobre o SUS. Aparece também no absenteísmo e na trajetória escolar de uma criança que adoece com frequência.

É com esse olhar que nasce a Unidade Catavento. Em um terreno de 7,5 mil metros quadrados cedido pelo município de Porto Alegre, no bairro Mário Quintana, o Instituto Moinhos Social vai construir a unidade com capital privado. O poder público entra com o ativo que já tem; a iniciativa privada, com a obra e a operação. O resultado fica para o bairro.

O Mário Quintana é o quarto bairro mais populoso de Porto Alegre, com cerca de 44 mil moradores. Cresceu rápido, e a demanda por serviços chegou antes da estrutura.

É justamente onde essa demanda se apresenta que a Catavento ganha forma. A unidade reúne, no mesmo endereço, atenção primária à saúde e um centro com capacidade para receber 300 crianças e adolescentes por dia, em oficinas de reforço escolar, robótica, judô, dança e orientação profissional. São 816 m² construídos, empregos formais e um orçamento de obra de R\$ 5,5 milhões.

O que diferencia o projeto de uma doação convencional está no desenho de avaliação. Cada

ação terá indicadores acompanhados ao longo do tempo, da cobertura vacinal às internações não planejadas, da empregabilidade à capacidade de geração de renda. Se as evidências confirmarem o modelo, ele poderá ser replicado, com custo conhecido e resultados documentados, à disposição da gestão pública.

Para a empresa que decide participar, há caminhos que vão além do caixa. A destinação ao Fundo da Infância e da Adolescência permite direcionar parte do imposto de renda já devido, enquanto os programas estaduais de incentivo abrem alternativas no ICMS. É recurso que sai do mesmo lugar, mas ganha endereço definido e prestação de contas.

Neste dia 17 de setembro, na Associação Leopoldina Juvenil, o Instituto Moinhos Social reúne a sociedade em um jantar beneficente cuja arrecadação será integralmente destinada à obra. Cada lugar ocupado nesta noite ajuda a levantar a Catavento no Mário Quintana.

Superintendente de Estratégia e Mercado do Hospital Moinhos de Vento

O poder público entra com o ativo que já tem; a iniciativa privada, com a obra e a operação

A legitimidade das instituições

Lucas Loeblein

É um erro habitual confundir instituições com suas sedes físicas. STF, Congresso e Banco Central não são o concreto de Brasília, mas uma convenção invisível: a disposição coletiva de acatar decisões. Sem essa crença, resta o letreiro. Esse contrato silencioso rui no Brasil. Pesquisas recentes indicam que metade da população desconfia da Suprema Corte e avalia que ministros julgam motivados por interesses pessoais. O descrédito atinge também o Congresso e os partidos, situados na lanterna do Índice de Confiança Social.

O estopim recente – a exposição de fricções internas com o sigilo levantado no caso Banco Master – aprofunda a crise. Embora vigore a presunção de inocência, a legalidade formal não basta. Como registrou a Justiça britânica em R. v. Sussex Justices, não basta fazer justiça; é indispensável que ela seja ostensivamente percebida. Em O Federalista nº 78, Alexander Hamilton advertiu que o Judiciário não comanda a tropa nem o tesouro, dispondo apenas do juízo. Por ser um poder emprestado, cancela a confiança, a corte converte-se em irrelevância.

O fenômeno é global. Da queda de aprovação da Suprema Corte americana às convulsões em Israel, Coreia do Sul e México – que testou a temerária eleição de magistrados –, a corrosão da imparcialidade faz o cidadão trocar a busca pelo juiz isento pela exigência de um juiz para chamar de seu. O custo econômico é concreto. Como demonstraram Douglass North e Francis Fukuyama, instituições confiáveis reduzem custos de transação. A insegurança jurídica atua como tributo invisível: encarece o capital, encurta investimentos e estimula litígios.

No plano político, o risco é devastador. Democracias sucumbem pela descrença acumulada que alimenta a tentação autoritária. Parte da erosão vem do jogo eleitoral, mas a fração mais danosa é autoinfligida: liminares monocráticas de impacto sistêmico, pautas imprevisíveis, sobreposição de papéis e proximidade descuidada com grandes litigantes.

A restauração exige o óbvio: suspeições rigorosas, pautas claras, prazos rígidos e a recusa do Judiciário em ocupar o vácuo do Legislativo. A credibilidade se refaz devagar, por entregas consistentes, como sugere a evolução recente nos índices da OCDE para o serviço público. Uma instituição só subsiste enquanto o cidadão acata espontaneamente a decisão que o contraria. Gastar esse patrimônio em ano eleitoral é de uma displicência imperdoável.

Advogado